







6. A distinção entre a norma jurídica e a sua mera expressão textual resta sobremodo evidenciada
- (A) no controle incidental de constitucionalidade, em relação ao controle abstrato-principal.
- (B) na interpretação de normas-princípio, em relação à interpretação de normas-regra.
- (C) mediante o uso do elemento sistêmico da interpretação, comparativamente à utilização dos demais elementos exegeticos.
- (D) nas decisões de controle de natureza interpretativa, comparativamente às decisões simples de inconstitucionalidade.
- (E) no controle de inconstitucionalidade tendo como parâmetro a Constituição Federal, em relação ao controle de nível estadual.
- 
7. Brasileiro residente no exterior decide se naturalizar, por entender que, desse modo, terá mais oportunidades de trabalho. A obtenção da nacionalidade estrangeira
- (A) acarretará a perda dos direitos políticos, porém não a da nacionalidade brasileira.
- (B) acarretará a perda da nacionalidade brasileira, desde que decretada por sentença judicial.
- (C) acarretará a perda automática da nacionalidade brasileira e, conseqüentemente, dos direitos políticos.
- (D) não acarretará consequência alguma, no plano dos direitos políticos e de nacionalidade, tendo em vista os objetivos colimados.
- (E) acarretará a perda automática da nacionalidade brasileira, salvo se houver requerimento prévio no sentido de sua preservação.
- 
8. Diante da grave insegurança jurídica gerada por decisões judiciais discrepantes, o Presidente da República edita medida provisória estabelecendo nova disciplina para a prescrição tributária. Esse ato legislativo é
- (A) inconstitucional, por dispor sobre matéria que dele não pode ser objeto.
- (B) constitucional, perdendo a eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período.
- (C) inconstitucional, por ofensa ao princípio da intangibilidade da coisa julgada.
- (D) constitucional, devendo sua votação ser iniciada no Senado Federal.
- (E) constitucional, produzindo efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- 
9. A Constituição de 16 de julho de 1934 é considerada o marco inicial do constitucionalismo social-democrático no Brasil, nela estando presentes a introdução e a reconfiguração de institutos com o objetivo de conferir maior eficiência à ação estatal. Nesse sentido,
- (A) adotou-se nova disciplina para o *habeas corpus* e para o exercício do poder regulamentar.
- (B) extinguiu-se a Justiça Federal e introduziu-se a técnica de repartição vertical da competência legislativa.
- (C) introduziu-se o controle abstrato de normas e o veto presidencial.
- (D) outorgou-se ao Presidente da República autorização para expedir decretos-leis e criou-se o mandado de segurança.
- (E) atenuou-se o bicameralismo do Poder Legislativo e atribuiu-se certa europeização ao sistema de controle de constitucionalidade.
- 
10. A nova Constituição revoga as normas da Constituição anterior com ela incompatíveis e as que digam respeito a matéria por ela inteiramente regulada (normas materialmente constitucionais). Quanto às demais normas inseridas na Constituição pretérita (normas apenas formalmente constitucionais, compatíveis com a nova Constituição), entende-se que continuam a vigorar, porém em nível ordinário, dando ensejo ao fenômeno
- (A) da recepção.
- (B) da desconstitucionalização.
- (C) da supremacia da Constituição.
- (D) da mutação constitucional.
- (E) das normas apenas materialmente constitucionais.
- 
11. No tocante à competência do Supremo Tribunal Federal para editar súmulas vinculantes, procede a afirmação de que
- (A) se trata de modalidade de exercício da jurisdição constitucional.
- (B) o entendimento nelas fixado impede o Poder Legislativo de editar leis em sentido contrário.
- (C) podem ter por objetivo fixar a interpretação de ato legislativo recente, a partir de uma única decisão da Corte a respeito.
- (D) podem ter por objetivo definir a eficácia, plena ou limitada, de normas da própria Constituição.
- (E) o seu descumprimento por órgão do Poder Executivo pode ser corrigido mediante recurso administrativo ou reclamação, nesse último caso perante o Conselho Nacional de Justiça.
- 
12. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, lei estadual ofensiva à norma da Constituição do respectivo Estado, que se limite a reproduzir preceito da Constituição Federal de observância obrigatória no âmbito das unidades federadas, pode ser impugnada, em sede de controle abstrato, mediante
- (A) recurso extraordinário, com aplicação do procedimento de julgamento de questões de repercussão geral.
- (B) ação direta de inconstitucionalidade de nível federal ou estadual, descabendo, nessa segunda hipótese, a interposição de recurso extraordinário.
- (C) ação direta de inconstitucionalidade, exclusivamente de nível federal.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade, exclusivamente de nível estadual, sendo incabível a interposição de recurso extraordinário da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça.
- (E) ação direta de inconstitucionalidade de nível federal ou estadual, cabendo, nessa segunda hipótese, a interposição de recurso extraordinário.



13. Deputado Federal, integrante da Comissão de Transportes da Câmara, é submetido a processo administrativo sob a acusação de haver praticado ato incompatível com o decoro parlamentar, ao residir em apartamento custeado por entidade representativa de empresas transportadoras. Antes do encerramento da instrução probatória, o parlamentar apresenta à Mesa da Câmara pedido de renúncia, que, entretanto, não impediu o colegiado processante de decretar-lhe a perda de mandato por quebra de decoro, pelo voto da maioria absoluta de seus membros. Esse ato punitivo é
- (A) contrário à Constituição, por implicar usurpação de competência do plenário da Câmara dos Deputados.
  - (B) conforme à Constituição, pois, nesse caso, a renúncia fica sujeita a condição suspensiva, só produzindo efeitos se a decisão final não concluir pela perda de mandato.
  - (C) contrário à Constituição, pois o ato apontado como incompatível com o decoro parlamentar não está previsto, como tal, no Regimento Interno da Câmara.
  - (D) contrário à Constituição, pois a renúncia consubstancia manifestação unilateral de vontade, produzindo efeitos de imediato.
  - (E) conforme à Constituição, por se tratar de mera declaração de perda de mandato, não estando sujeita à reserva de plenário.
14. Determinado Município edita lei reguladora das licitações e contratos administrativos da respectiva Administração direta e autárquica, observando tal legislação local as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93. O referido diploma legal é
- (A) inconstitucional, uma vez que compete à União, privativamente, legislar sobre contratos em geral.
  - (B) constitucional, já que a edição de normas gerais pela União, em matéria de competência legislativa concorrente, não pode eliminar a legiferação complementar de Estados e Municípios.
  - (C) inconstitucional, porquanto a legislação federal sobre licitações e contratos administrativos é exaustiva, não havendo espaço para o exercício da competência complementar municipal.
  - (D) constitucional, desde que lei complementar estadual tenha autorizado os Municípios do Estado a legislar sobre questões específicas da matéria em pauta.
  - (E) inconstitucional, pois em sede de legislação concorrente, apenas os Estados-membros dispõem da competência para complementar as normas gerais federais.
15. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária,
- (A) podem ser feitos mediante a especificação na dotação orçamentária respectiva dos processos a que se referem.
  - (B) devem ser feitos mediante a expedição de precatórios, mesmo no caso das entidades privadas da Administração indireta.
  - (C) que não contem com respaldo orçamentário, mesmo tendo sido apresentados até 1<sup>o</sup> de julho do ano anterior, ensejam intervenção federal ou estadual por descumprimento de ordem judicial.
  - (D) que não forem feitos até o final do exercício seguinte ao da apresentação do precatório, importam no sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.
  - (E) devem ser feitos, necessariamente, por meio de precatórios, sendo vedada a criação de regime mais célere para as condenações de pequeno valor.
16. As competências privativas do Presidente da República, elencadas na Constituição Federal,
- (A) são indelegáveis, caracterizando a sua delegação crime de responsabilidade.
  - (B) admitem delegação aos Ministros de Estado, por meio de lei de iniciativa presidencial.
  - (C) admitem delegação em algumas hipóteses, como nos casos de concessão de indulto e decretação de intervenção federal.
  - (D) admitem delegação, por ato presidencial, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União.
  - (E) admitem delegação em algumas hipóteses, como nos casos de provimento de cargos públicos e concessão de condecorações e distinções honoríficas.
17. Em atenção às normas constitucionais pertinentes à advocacia pública, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal
- (A) devem, obrigatoriamente, contestar todas as ações populares propostas em face da unidade federada que representam.
  - (B) podem, representando o Estado, propor ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal de Justiça.
  - (C) exercem, com exclusividade, a representação judicial e extrajudicial das respectivas unidades federadas.
  - (D) exercem, privativamente, a consultoria jurídica dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das respectivas unidades federadas.
  - (E) podem, representando o Estado, propor ações civis públicas para a proteção do meio ambiente ou de outros interesses difusos.
18. Por proposta de 19 (dezenove) Assembleias Legislativas Estaduais e após regular aprovação do Congresso Nacional, é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado emenda constitucional extinguindo a ação declaratória de constitucionalidade, embora na mesma sessão legislativa projeto de lei, de idêntico conteúdo, tenha sido rejeitado pelo Senado Federal. A emenda em pauta deve ser considerada
- (A) constitucional, tanto sob o ângulo formal, quanto sob o ângulo material.
  - (B) inconstitucional, pois a matéria constante de proposição rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) inconstitucional, por vício de iniciativa.
  - (D) constitucional, sob o ângulo formal, mas inconstitucional sob o prisma material, por enfraquecer o princípio da supremacia da Constituição.
  - (E) constitucional, sob o ângulo material, mas inconstitucional sob o prisma formal, por não haver sido submetida à sanção ou veto do Presidente da República.



19. O Conselho Nacional de Justiça, após tomar conhecimento de demora na tramitação de processo administrativo em face de Juiz estadual, decide avocá-lo, ao mesmo tempo em que apresenta ao Congresso Nacional projeto de lei complementar alterando o Estatuto da Magistratura, de modo a evitar situações desse jaez. A atuação do Conselho, na espécie, revela-se
- (A) legítima, pois ambas as medidas se circunscreveram a atribuições deferidas ao órgão pela Constituição Federal.
- (B) inconstitucional, apenas no tocante à avocação de processo administrativo disciplinar, que pode ser impugnada judicialmente por meio de mandado de segurança.
- (C) inconstitucional, no tocante à propositura enviada ao Congresso, a qual, entretanto, somente poderá ser impugnada judicialmente após eventual conversão em lei.
- (D) inconstitucional em relação a ambas as medidas, podendo a avocação ser impugnada judicialmente por meio de mandado de segurança e o projeto de lei mediante reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) inconstitucional, em relação a ambas as medidas, as quais, entretanto, não podem ser questionadas judicialmente, por se tratar de órgão de cúpula do Poder Judiciário.
- 
20. A determinação de que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", consubstancia norma constitucional de eficácia
- (A) plena restringível.
- (B) plena irrestringível e não regulamentável em nível ordinário.
- (C) limitada de cunho programático.
- (D) limitada de cunho preceptivo.
- (E) plena irrestringível, porém regulamentável em nível ordinário.
- 
- Direito Processual Civil**
21. Em relação ao processo civil coletivo, considere as seguintes afirmações:
- I. Na ação civil pública que versar sobre improbidade administrativa, a sentença de improcedência deve ser submetida à remessa oficial.
- II. Na ação civil coletiva para defesa de direito de consumidores, a sentença de procedência fará coisa julgada, sem limitação da competência territorial do órgão prolator.
- III. Na ação civil coletiva consumeirista que visa a tutela de direito individual homogêneo, não é possível o cumprimento individual da antecipação de tutela eventualmente deferida.
- IV. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes, quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- V. Na ação civil coletiva de responsabilidade para tutela de direitos individuais homogêneos de natureza consumeirista, no caso de improcedência do pedido, a coisa julgada atingirá todos os consumidores que atuaram no feito, como litisconsortes.
- Estão corretas SOMENTE as afirmações
- (A) I e II.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.
- 
22. No processo de execução de título executivo extrajudicial
- (A) é definitiva a execução, porém provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- (B) não é possível a desconsideração da personalidade jurídica, em sentido inverso.
- (C) a apresentação de embargos observará o prazo de 20 (vinte) dias, quando manejados pela Fazenda Pública.
- (D) aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça, o juiz relevará a pena, se o devedor se comprometer a não mais realizar quaisquer práticas dessa natureza e der garantia real, que responda ao credor pela dívida principal, juros, despesas e honorários advocatícios.
- (E) a alegação de impenhorabilidade do bem de família pode ser feita a qualquer tempo, antes da arrematação, devendo observar a via da exceção de pré-executividade, não sofrendo os efeitos da preclusão.
- 
23. Na execução contra a Fazenda Pública Paulista perante a Justiça Estadual de São Paulo, quando expedida requisição para pagamento de obrigação de pequeno valor,
- (A) no seu descumprimento, eventual decretação de sequestro deve ser realizada pelo juízo *a quo* da execução.
- (B) o crédito do exequente devidamente atualizado está sujeito ao limite de 60 (sessenta) salários mínimos.
- (C) é possível seu pagamento, quando se tratar de execução provisória, durante a pendência de recurso especial, que discuta a íntegra do mérito da demanda.
- (D) havendo litisconsórcio multitudinário no pólo ativo devem ser somados os créditos de todos os exequentes para fins de classificação do requisito como de pequeno valor.
- (E) os honorários advocatícios devem ser incluídos, como parcela integrante do valor devido para fins de classificação do requisito como de pequeno valor.
- 
24. Quanto ao cumprimento de título executivo judicial, que imponha obrigação de pagar ao devedor,
- (A) é sempre descabida a citação do executado.
- (B) é cabível a fixação de honorários advocatícios em desfavor do executado, ainda que haja cumprimento voluntário da obrigação.
- (C) o credor, prestando caução suficiente e idônea, pode dar prosseguimento na execução, ainda que isso cause grave dano ao executado e à impugnação tenha sido concedido efeito suspensivo.
- (D) com o trânsito em julgado da sentença ou acórdão, não havendo cumprimento voluntário, é necessária a intimação do devedor para a aplicação da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil.
- (E) o deferimento da penhora *on line* de quantias depositadas em instituição financeira está condicionado à comprovação do exaurimento da busca pelo credor por outros bens do devedor, livres e desembaraçados, sobre os quais possa recair a constrição.



25. Em mandado de segurança
- (A) é cabível a interposição de embargos infringentes.
  - (B) fica dispensado o reexame necessário, quando o direito controvertido for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
  - (C) pode o Superior Tribunal de Justiça julgar em recurso ordinário o mérito do *mandamus* extinto na origem sem análise de mérito, aplicando a “teoria da causa madura”.
  - (D) é cabível a sua impetração para o Tribunal de Justiça, visando o controle sobre a competência dos juizados especiais estaduais, contra decisão de mérito de turma de colégio recursal.
  - (E) a coisa julgada não pode gerar execução de obrigação de pagar, em face do ente político ao qual está vinculada a autoridade coatora.
26. No que tange a ação de reparação de danos por acidente de veículo de rito sumário, é INCORRETO afirmar:
- (A) A apelação interposta deve ser julgada dentro de 40 (quarenta) dias, sem a figura do revisor, nem tampouco a possibilidade de sustentação oral.
  - (B) Na audiência de conciliação, caso não seja obtido acordo entre as partes, o réu poderá contestar o mérito por escrito e apresentar pedido contraposto oralmente.
  - (C) No despacho inicial, não sendo hipótese de indeferimento ou aditamento da petição inicial, o juiz designará audiência de conciliação a ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, citando-se a Fazenda Pública, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias.
  - (D) É vedada a liquidação de sentença, se necessária para apuração do valor devido.
  - (E) Deverá o juiz da causa, *ex officio*, converter o rito em ordinário, quando houver necessidade de produção de prova técnica ou científica de alta complexidade.
27. Nas demandas onde a Fazenda Pública do Estado for parte, é INCORRETO afirmar que
- (A) nas condenações de obrigação de pagar que lhe forem impostas, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.
  - (B) a ação de ressarcimento do erário por danos decorrentes de atos de improbidade administrativa é imprescritível.
  - (C) nas ações movidas por servidor público pleiteando a concessão de gratificação não é possível a concessão de antecipação de tutela.
  - (D) se sucumbente, não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública Estadual, quando esta patrocina parte adversa hipossuficiente financeiramente.
  - (E) cabe agravo, no prazo de 10 (dez) dias, do despacho do Presidente do Tribunal que conceder a suspensão da execução de liminar, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
28. No procedimento comum ordinário, considere as seguintes afirmações:
- I. Considera-se inconstitucional a coisa julgada prolatada contra a Fazenda Pública, quando fundada em lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, seja no controle difuso ou abstrato de constitucionalidade, desde que formada após a entrada em vigor da MP nº 2.180-35, ou seja 24/08/2001.
  - II. Considera-se como termo inicial do prazo para a contestação, a data da juntada aos autos do aviso de recebimento da correspondência a que alude o art. 229 do CPC, comunicando ao réu que a sua citação nos autos foi feita por hora certa.
  - III. A parte que se recusa a se submeter ou que impede a produção de prova pericial não pode pleitear posteriormente, no curso do processo ou em fase de recurso, a conversão do julgamento em diligência para a realização daquela mesma prova a que se negou anteriormente.
  - IV. Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa a qualquer interessado, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.
  - V. Quando o incidente de falsidade documental é apresentado pelo autor, fundamentado em falsidade da sua assinatura aposta em escritura pública de compra e venda de imóvel juntada aos autos pelo réu, o ônus da prova caberá a este último.
- Estão corretas SOMENTE as afirmações:
- (A) I, II e III.
  - (B) I, III e V.
  - (C) I, IV e V.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) III, IV e V.
29. No que diz respeito ao tema recursos, é INCORRETO afirmar:
- (A) Cabe a interposição de embargos infringentes contra acórdão que reforma sentença de mérito, por maioria de votos, apenas para modificar o percentual de condenação em honorários advocatícios.
  - (B) Na apelação contra as sentenças de indeferimento liminar da petição inicial e improcedência liminar, pode o órgão prolator exercer o juízo de retratação e deve ocorrer a citação do réu para responder o recurso.
  - (C) Cabe a impetração de mandado de segurança contra a decisão do relator no Tribunal de Justiça, que converte o agravo de instrumento em retido.
  - (D) É cabível a apresentação de embargos de declaração para dirimir dúvida constante em acórdão prolatado por Turma de Colégio Recursal de Juizado Especial Cível Estadual.
  - (E) É defeso negar seguimento a recurso especial interposto pela Fazenda Pública, face a falta de comprovação de depósito prévio do valor referente à multa aplicada pela apresentação de agravo inominado, ofertado contra a decisão de relator que monocraticamente nega seguimento a apelação, reputado manifestamente infundado.



30. Em sede de processo civil tributário, é INCORRETO afirmar:
- (A) É prerrogativa da Fazenda Pública optar entre o pagamento do crédito pelo rito da execução fiscal ou mediante habilitação do crédito nos autos da falência, desde que não haja o manejo dúplice de procedimentos.
- (B) Os embargos do devedor na execução fiscal poderão ser recebidos com efeito suspensivo somente se houver requerimento do embargante e, cumulativamente, ocorrer relevância da argumentação, grave dano, de difícil ou incerta reparação, e garantia integral do juízo.
- (C) Na execução fiscal, realizada a penhora sobre dinheiro, é cabível a sua substituição por fiança bancária.
- (D) Na execução fiscal, a prescrição intercorrente pode ser decretada de ofício, desde que a Fazenda Pública seja previamente intimada, para opor algum fato impeditivo à sua ocorrência.
- (E) Extinto mandado de segurança sem julgamento do mérito, os depósitos feitos para suspensão da exigibilidade do crédito tributário devem ser convertidos em renda da Fazenda Pública.
- Direito Civil e Deontologia Jurídica**
31. É correto afirmar:
- (A) O comodato, empréstimo de coisa fungível, não comporta cobrança por parte do comodatário das despesas ordinárias com o uso da coisa emprestada.
- (B) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão subsidiariamente responsáveis para com o comodante.
- (C) O comodatário que estiver em mora arcará com as consequências da deterioração ou perda da coisa emprestada e pagará o aluguel arbitrado pelo comodante até restituí-la.
- (D) O comodatário que estiver em mora suportará os riscos e pagará o aluguel arbitrado pelo comodante, passando à condição de locatário.
- (E) O comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com o uso da coisa emprestada.
32. A doação pode ser revogada
- (A) por inexecução do encargo se o donatário incorrer em mora.
- (B) por ingratidão se feita a título de remuneração, prejudicando os direitos adquiridos por terceiros.
- (C) por ingratidão se feita para compensar serviços prestados.
- (D) se o doador sobreviver ao donatário, prevalecendo eventual cláusula de reversão em favor de terceiro, a exemplo do fideicomisso.
- (E) por ingratidão se onerada com encargo já cumprido e em cumprimento de obrigação natural.
33. No que diz respeito à vigência da norma jurídica,
- (A) a revogação de uma lei opera efeito repristinatório automático em caso de lacuna normativa.
- (B) a lei não pode ter vigência temporária.
- (C) a lei começa a vigorar em todo país, salvo disposição contrária, 40 (quarenta) dias depois de oficialmente publicada, denominando-se período de *vacatio legis*.
- (D) a ab-rogação é a supressão parcial da norma anterior, enquanto a derrogação vem a ser a supressão total da norma anterior.
- (E) os efeitos da lei revogada poderão ser restaurados se houver previsão expressa na lei revogadora.
34. A condição resolutiva subordina a
- (A) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto o termo final subordina a eficácia a um acontecimento futuro e certo.
- (B) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um evento futuro e certo.
- (C) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e certo, enquanto a condição suspensiva subordina a ineficácia a um acontecimento futuro e incerto.
- (D) ineficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um acontecimento futuro e incerto.
- (E) ineficácia do negócio jurídico a um acontecimento futuro e certo, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um acontecimento futuro e certo.
35. O Código Civil prevê a inscrição do empresário individual no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. Esta inscrição é
- (A) facultativa como requisito de regularidade da condição de empresário.
- (B) obrigatória e é condição para a regularização da atividade de empresário.
- (C) obrigatória, gerando efeito constitutivo.
- (D) obrigatória e é condição para a caracterização da condição de empresário.
- (E) facultativa e é condição para a caracterização da condição de empresário.
36. Em tema de prescrição, é correto afirmar:
- (A) Não corre prescrição pendendo condição resolutiva expressa.
- (B) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição terá seu curso normal, devendo ser comunicado àquele juízo eventual apuração de responsabilidade civil para fins probatórios.
- (C) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (D) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- (E) Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo Código Civil, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais de 1/3 (um terço) do tempo decorrido estabelecido na lei revogada.
37. "A" faleceu em 15 de janeiro de 2003. O inventário foi aberto em 10 de abril de 2004. Habilitaram-se à sucessão de seus bens a viúva "B", casada com o "A", sob o regime de separação convencional de bens, o filho "C", fruto do primeiro casamento do falecido com "X", e os dois filhos, "D" e "E", frutos do casamento do falecido com "B". Quem herdará os bens deixados por "A"?
- (A) Os filhos "D" e "E" em concorrência com a viúva "B", garantindo-se a esta última 1/3 dos bens deixados pelo *de cuius*.
- (B) O filho "C" e os filhos "D" e "E" em concorrência com a viúva "B", garantindo-se a esta última o direito ao usufruto da metade dos bens deixados pelo *de cuius*.
- (C) Os filhos "C", "D" e "E" em concorrência com a viúva "B".
- (D) O filho "C", os filhos "D" e "E" em concorrência com a viúva "B" e a ex-mulher "X", não habilitada, garantindo-se à viúva "B" 1/3 dos bens deixados pelo *de cuius*.
- (E) Os filhos "C", "D" e "E", garantindo-se à viúva "B" o direito ao usufruto da metade dos bens deixados pelo *de cuius*.



38. É correto afirmar que

- (A) o sigilo profissional é inerente à profissão e somente pode ser revelado pelo advogado quando expressamente autorizado por seu constituinte ou por ordem judicial.
- (B) a lei assegura a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado, bem como de seus instrumentos de trabalho, de seus arquivos, de sua correspondência escrita, eletrônica e telemática, relativas ou não ao exercício da advocacia.
- (C) a existência de procedimento de sindicância administrativa instaurada junto ao órgão da Corregedoria da Carreira de Advocacia Pública ou de ação penal contra o advogado suspende o processo ético-disciplinar perante o Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) é dever do advogado público a independência técnica e funcional, exercendo suas atividades de acordo com suas convicções profissionais e em estrita observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, ressalvada a condição de advogado contratado por entidade pública sob regime da CLT, em decorrência da subordinação jurídica que caracteriza a relação de emprego.
- (E) a autoridade judiciária competente poderá decretar a busca e apreensão de documentos, das mídias e dos objetos relacionados ao fato delituoso, em caso de investigação da prática de crime por parte do advogado, sendo vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado.

39. É correto afirmar que

- (A) constitui direito do advogado, em caso de prisão provisória, o de não ser recolhido preso em cela comum, tendo a prerrogativa de ser custodiado em sala de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e na sua falta, em prisão domiciliar.
- (B) é direito do defensor, no interesse de seu constituinte, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa, ressalvada a hipótese de sigilo decretado no inquérito policial.
- (C) a incompatibilidade para o exercício da advocacia é aplicada aos ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública direta ou indireta que detenham poder de decisão relevante sobre interesses de terceiros, inclusive em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público.
- (D) não responde por crime contra a honra ou desacato o advogado que, na discussão da causa, aponta eventual prática criminosa de alguma autoridade ou da parte contrária, em razão da sua imunidade profissional.
- (E) é vedado ao juiz e ao membro do Ministério Público aposentado ou exonerado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos três anos do afastamento do cargo, aplicando-se tal proibição, pelo mesmo prazo, ao servidor aposentado ou exonerado do cargo, em relação ao patrocínio de causas contra a Fazenda Pública que o remunerava, devendo preservar, em qualquer hipótese, o sigilo profissional.

40. Considerando o disposto no Código de Defesa do Consumidor, analise as seguintes assertivas:

- I. A inversão do ônus da prova a favor do consumidor poderá ocorrer, no processo civil, quando ficar caracterizada sua hipossuficiência.
- II. A publicidade comparativa é uma das modalidades de publicidade proibida, tendo em vista seu potencial de abusividade.
- III. A solução dos conflitos de consumo por arbitragem é proibida, pois se caracteriza como prática abusiva.
- IV. Um produto poderá ser considerado defeituoso em razão de informações insuficientes sobre sua utilização.
- V. O princípio geral é que a nulidade de uma cláusula contratual invalida o contrato como um todo.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) V.
- (B) I e IV.
- (C) III e V.
- (D) II e III.
- (E) II, III e V.

#### Direito Administrativo

41. Serviço Social Autônomo é

- (A) órgão da Administração direta, criado mediante autorização legislativa, a quem se assegura autonomia administrativa e financeira.
- (B) pessoa jurídica de direito privado que não integra a Administração Pública, embora possa ser subsidiada diretamente por recursos orçamentários do ente que a criou.
- (C) entidade privada que atua em colaboração com a Administração Pública. Não integra a Administração indireta. Embora seja custeada por contribuições parafiscais, não se sujeita à fiscalização pelo Tribunal de Contas e seu pessoal está sujeito ao teto remuneratório previsto na Constituição Federal.
- (D) ente paraestatal integrante da Administração indireta, organizado para consecução de fins públicos.
- (E) pessoa jurídica de direito público. É autarquia de regime especial com atuação predominantemente voltada para assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais.

42. Em relação aos atos administrativos praticados pelo Estado de São Paulo é correto afirmar:

- (A) É incabível a produção de prova pericial no curso de processo administrativo de invalidação.
- (B) O parecer jurídico elaborado em exame de minutas de edital de licitação é obrigatório, mas não é vinculante para a autoridade administrativa.
- (C) Com base na autoexecutoriedade do administrativo, a Administração poderá iniciar atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem que seja necessária prévia expedição de ato administrativo que lhe dê fundamento.
- (D) Mesmo na hipótese de competência indelegável, será possível a convalidação do ato administrativo.
- (E) Não é viável a anulação dos atos inválidos se eles forem passíveis de convalidação.





43. Particular contratado para a execução de obra pública paralisou unilateralmente a execução do serviço sob a alegação de que o ajuste estava com a sua equação econômico-financeira desequilibrada e que a Administração se recusou a restabelecer o necessário reequilíbrio ao não responder a pleito formulado. Alega também que a Administração atrasou em 60 (sessenta) dias os pagamentos das faturas mensais devidas.
- Em consequência, a Administração deve
- (A) proceder ao recebimento definitivo da obra, com a devolução das garantias contratuais, na medida em que o particular exerceu regularmente faculdade prevista em lei, que lhe assegura direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo e à rescisão unilateral do ajuste em caso de inadimplemento da Administração.
- (B) adotar as providências para assunção do objeto do contrato no estado em que se encontrar, liberando as garantias contratuais e apurando administrativamente o valor devido ao particular.
- (C) proceder ao recebimento provisório e definitivo da obra, sem a devolução das garantias, até que o Poder Judiciário se manifeste sobre a regularidade da atuação do particular.
- (D) adotar as providências para assunção imediata do objeto do contrato, instaurando o processo sancionatório respectivo e providenciando a execução da garantia contratual e retenção dos créditos do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- (E) providenciar o recebimento provisório da obra, realizar o pagamento dos valores em atraso e rescindir amigavelmente o ajuste.
44. Pretendendo a Administração contratar a prestação de serviços médicos para atendimento de seus servidores, resolveu credenciar todos os estabelecimentos interessados em fazê-lo pelo valor previamente fixado pela Administração e que atendam a um padrão mínimo de qualidade fixado em edital.
- Ao assim proceder, a Administração praticou ato
- (A) legal, com fundamento na Lei nº 8.666/93, por ser possível a contratação com inexigibilidade de licitação sempre que houver inviabilidade de competição.
- (B) ilegal porque estava obrigada a realizar procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93.
- (C) ilegal porque ainda que o contrato possa ser firmado com inexigibilidade de licitação, a predeterminação de valores realizada, por si só, é lesiva ao erário.
- (D) legal com fundamento na faculdade que lhe concede a Lei nº 8.666/93 de contratar com dispensa de licitação, tendo em vista as características próprias da pessoa do contratado.
- (E) legal, tendo em vista a presunção de legalidade de seus atos e a possibilidade de contratação com dispensa de licitação em razão do objeto.
45. Em matéria de responsabilidade civil do Estado,
- (A) o Estado não é objetivamente responsável pelos danos causados por ato de funcionário de fato, irregularmente investido no exercício de função pública.
- (B) o Estado não pode ser responsabilizado, nem diretamente, nem em caráter subsidiário, pelos danos causados por entidade autárquica a ele vinculada.
- (C) a culpa exclusiva da vítima é causa excludente da responsabilidade do Estado ou, na visão de parte da doutrina, é hipótese que impede a formação do nexo causal entre o dano e a conduta do agente público.
- (D) a empresa indevidamente excluída de certame licitatório pode ser indenizada a título de lucros cessantes pelos valores que lhe seriam devidos se tivesse celebrado o contrato com a Administração.
- (E) a responsabilidade objetiva do Estado pelo só fato da obra pública não elide o direito de regresso contra o empreiteiro.
46. Sobre bens públicos é correto afirmar:
- (A) Apenas bens imóveis podem ser apontados como bens de uso comum do povo.
- (B) No Estado de São Paulo, o patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da Administração direta, indireta e fundacional não podem ser alienados sem prévia audiência da comunidade científica.
- (C) Como assentado na jurisprudência dos tribunais superiores, bem público dominical pode ser objeto de contrato de locação regido pela lei civil, estando sujeito, portanto, à ação renovatória de aluguel.
- (D) O regime jurídico do bem da empresa privada que presta serviço público mediante contrato de concessão, mesmo se não afetado à prestação do serviço, é de direito público.
- (E) A afetação de bem público exige prévia existência de um ato estatal formal.
47. O ato pelo qual a Administração dá ao bem expropriado destinação de interesse público diversa daquela inicialmente prevista denomina-se
- (A) retrocessão.
- (B) desapropriação.
- (C) reversão.
- (D) desvio de finalidade.
- (E) trestinação.
48. Em caso de omissão do Poder Público,
- (A) cabe a impetração de mandado de segurança, apontando-se como coatora a autoridade que a lei indica como competente para praticar o ato.
- (B) não cabe a impetração de mandado de segurança porque não existe ato de autoridade a ser contestado.
- (C) a impetração de mandado de segurança deve ser antecedida do prévio esgotamento das vias administrativas, se cabível recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (D) cabe a impetração de mandado de segurança, apontando-se como coatora a maior autoridade do órgão.
- (E) não cabe a impetração de mandado de segurança porque não há sujeito ativo do ato coator.



49. A contratação de terceiros para execução de atividades de apoio à prestação de serviços públicos caracteriza
- (A) descentralização administrativa por serviços.
  - (B) descentralização administrativa por colaboração.
  - (C) desconcentração administrativa.
  - (D) execução indireta do serviço.
  - (E) execução direta do serviço.
50. Empresa privada, concessionária de serviço público federal, procurou o Estado de São Paulo interessada no desenvolvimento de uma parceria. Pretendendo implantar em imóvel do Estado projeto de atendimento social a cem menores, apresentou projeto para o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas. Dispõe-se a instalar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade, cabendo ao Estado a cessão do bem imóvel e a operação do projeto, em conjunto com a Prefeitura Municipal.
- Para consecução desse projeto, devem os interessados firmar um
- (A) convênio, tendo em vista a existência de interesses comuns a serem atingidos mediante mútua colaboração.
  - (B) contrato administrativo precedido de declaração de inexigibilidade de licitação, figurando Estado e Prefeitura como contratantes.
  - (C) contrato de consórcio, na medida em que se cuida de gestão associada de serviço público.
  - (D) protocolo de intenções, preparatório de um contrato de consórcio, tendo em vista a necessidade de prévia ratificação legislativa.
  - (E) contrato administrativo precedido de declaração de dispensa de licitação, figurando Estado e Prefeitura como contratantes.
- Direito de Pessoal e Previdenciário Público**
51. Servidor ocupou exclusivamente cargo em comissão na Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo no período de 12.1.2005 a 15.3.2009. Gozou 15 dias de férias do exercício de 2009 em fevereiro desse ano, sendo que o gozo dos 15 dias restantes estava agendado a partir de 18 de setembro de 2009. Ocorre que o servidor pediu exoneração do cargo em comissão aos 15.3.2009, tendo tomado posse e iniciado exercício, aos 26.4.2009, em cargo efetivo de Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado. Requereu, na Secretaria da Fazenda, em 8 de agosto de 2009, autorização de gozo dos 15 dias restantes de férias do exercício de 2009, para fruição a partir de 18 de setembro de 2009. Neste caso, ao apreciar o requerimento, a autoridade da Secretaria da Fazenda deve
- (A) indeferir o pedido porque o regime previdenciário do cargo exclusivamente em comissão é diferente do regime do cargo efetivo.
  - (B) indeferir o pedido porque o requerente encontra-se em estágio probatório.
  - (C) deferir o pedido porque o período já constava da escala de férias da Secretaria da Cultura do Estado.
  - (D) indeferir o pedido porque o requerente só terá direito a férias após o primeiro ano de exercício no cargo de Agente Fiscal de Rendas.
  - (E) deferir o pedido porque o requerimento foi apresentado antes de 30 (trinta) dias da data do início do gozo do benefício pleiteado.
52. Servidor ocupante de cargo efetivo da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo foi aposentado por invalidez em 11 de dezembro de 1998, aos 35 anos de idade, após 15 anos de serviço. Em 22 de julho de 2009, laudo produzido pelo serviço médico competente atesta que cessaram os motivos que autorizaram a aposentadoria por invalidez. Neste caso,
- (A) a Administração determinará, de ofício, o reingresso do aposentado ao cargo anteriormente ocupado por meio de reversão.
  - (B) a Administração determinará, de ofício, o reingresso do aposentado ao cargo anteriormente ocupado por meio de readmissão.
  - (C) o servidor poderá optar pela reassunção do cargo anteriormente ocupado ou pela manutenção da aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço anteriormente prestado.
  - (D) o servidor está impedido de reassumir o cargo anteriormente ocupado porque a Constituição Federal em vigor veda qualquer forma de provimento derivado.
  - (E) o servidor está impedido de reassumir o cargo anteriormente ocupado porque sua inativação ocorreu antes da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.
53. O texto permanente da Constituição Federal hoje em vigor admite
- (A) o exercício concomitante de cargo efetivo de professor, da Administração direta do Estado de São Paulo e de mandato eletivo de Deputado Estadual, sempre que houver compatibilidade de horário.
  - (B) pagamento de remuneração integral aos servidores em disponibilidade independentemente do tempo de serviço.
  - (C) a concessão de aposentadoria voluntária de mulher ocupante de cargo efetivo, aos 60 anos de idade, independentemente do tempo de contribuição, desde que tenha cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (D) a estabilidade do servidor celetista após três anos de efetivo exercício no serviço público.
  - (E) a percepção simultânea de proventos pagos pelo sistema próprio de previdência a Procurador do Estado e de remuneração decorrente de exercício de emprego celetista permanente de advogado, em autarquia estadual.
54. São contribuintes obrigatórios da SPPREV todos os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo e, também,
- (A) os ativos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão e os aposentados em cargo efetivo.
  - (B) os aposentados em cargo efetivo e os aposentados em razão de exercício exclusivo de cargo em comissão.
  - (C) os ativos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.
  - (D) os aposentados em cargo efetivo e os pensionistas dos servidores que ocuparam cargo efetivo.
  - (E) os aposentados em cargo efetivo e os pensionistas dos servidores que ocuparam exclusivamente cargo em comissão.



55. Servidor público ocupante de cargo efetivo de Oficial Administrativo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo responde a processo administrativo disciplinar para apuração de conduta a ele atribuída que, em tese, é configuradora de concussão. O processo disciplinar encontra-se em fase de oitiva de testemunhas e o servidor solicitou exoneração do cargo efetivo que titulariza no Estado. Neste caso, o pedido de exoneração
- (A) deverá ser indeferido porque apresentado após o momento do interrogatório.
- (B) poderá ser deferido de imediato pela Administração, e o processo administrativo disciplinar deverá prosseguir até a decisão final.
- (C) poderá ser deferido de imediato pela Administração que deverá, neste caso, arquivar o processo disciplinar em curso, na fase em que se encontra, noticiando o fato ao Ministério Público.
- (D) deverá ser indeferido de imediato pela Administração porque a conduta averiguada também caracteriza crime.
- (E) poderá ser deferido pela Administração, cabendo ao administrador decidir pelo prosseguimento ou não do processo administrativo disciplinar instaurado, desde que já exista ação penal em curso para apuração do mesmo fato.
56. Servidor ingressou no serviço público, em cargo efetivo da Administração Direta Estadual, em 4 de agosto de 1960. Aposentou-se voluntariamente em 3 de setembro de 1995, nesse mesmo cargo, depois de trinta e cinco anos de serviço. Faleceu em 31 de março de 2004, quando recebia proventos de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), deixando beneficiários com direito a pensão. Neste caso, o valor da pensão corresponderá
- (A) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido e será reajustado sempre que houver reajuste geral para os servidores ativos.
- (B) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido e será reajustado de acordo com critérios fixados em lei.
- (C) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite e será reajustado sempre que houver reajuste para os servidores ativos.
- (D) a setenta por cento dos proventos do servidor falecido e será reajustado de acordo com critérios fixados em lei.
- (E) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite e será reajustado de acordo com critérios fixados em lei.
57. O benefício de licença-prêmio, no Estado de São Paulo, corresponde a período de 90 (noventa) dias de licença assegurado a servidor ocupante de cargo efetivo
- (A) ou em comissão, após cada período de 3 (três) anos de exercício ininterrupto.
- (B) após cada período de 3 (três) anos de exercício ininterrupto.
- (C) ou em comissão, após 5 (cinco) anos de exercício ininterrupto.
- (D) ou em comissão, após 3 (três) anos de serviço público, cujo requerimento de gozo autoriza o afastamento imediato do servidor de suas funções.
- (E) após 5 (cinco) anos de exercício, cujo gozo independe de requerimento do servidor.
58. Na carreira de Procurador do Estado de São Paulo a promoção consiste na elevação do
- (A) cargo do Procurador do Estado de um nível para outro imediatamente superior da carreira e é processada anualmente.
- (B) cargo do Procurador do Estado de um nível para outro imediatamente superior da carreira e é processada semestralmente.
- (C) Procurador do Estado de um cargo para outro imediatamente superior da carreira e é processada anualmente.
- (D) Procurador do Estado de um cargo para outro imediatamente superior da carreira e é processada semestralmente.
- (E) Procurador do Estado de um cargo para outro imediatamente superior da carreira e é processada sempre que houver quinze por cento de vagas no contingente de cada nível.
59. Os limites remuneratórios previstos na Constituição Federal aplicam-se a
- (A) todas as autarquias e a todas as empresas públicas.
- (B) todas as autarquias e a todas as empresas públicas sem autonomia de custeio.
- (C) toda a Administração direta e a todas as empresas públicas.
- (D) todas as autarquias e a todas as sociedades de economia mista.
- (E) toda a Administração direta e a todas as sociedades de economia mista.
60. No Estado de São Paulo
- (A) o direito à pensão de militares sujeita-se à prescrição quinquenal.
- (B) o valor inicial da pensão por morte a ser paga aos beneficiários do militar falecido é igual à totalidade da última remuneração recebida em vida pelo militar.
- (C) a pensão atribuída à filha incapaz do militar falecido é vitalícia, ainda que superada a incapacidade.
- (D) ao passar para a reserva remunerada os militares deixam de contribuir para o Regime Próprio de Previdência dos Militares.
- (E) a entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Militares é a São Paulo Previdência – SPPREV.
- Direito Ambiental**
61. De acordo com o Código Florestal e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 369/2006, a intervenção ou a supressão de vegetação em área de preservação permanente
- (A) poderá ser autorizada nas hipóteses de utilidade pública e interesse social, desde que demonstrada a ausência de alternativa técnica e locacional para a implantação do empreendimento.
- (B) poderá ser autorizada para a construção de escolas públicas, desde que localizadas em área urbana.
- (C) poderá ser autorizada na hipótese de construção de habitação popular pelo Governo, desde que seja demonstrada a necessidade social de implantação do empreendimento.
- (D) poderá ser autorizada para implantação de empreendimentos privados em áreas urbanas consolidadas, desde que o interessado demonstre atender a legislação de uso e ocupação do solo municipal.
- (E) não poderá ser autorizada em qualquer hipótese.



62. De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC,
- (A) na criação de novas Unidades de Conservação é dispensável a consulta pública quando se tratar de Unidades de Uso Sustentável.
  - (B) referida norma fixa o conjunto de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável, federais, estaduais e municipais, sendo vedada a inclusão no sistema de qualquer unidade de conservação com características diversas das referidas categorias.
  - (C) as Unidades de Proteção Integral não admitem qualquer tipo de uso dos seus recursos naturais.
  - (D) as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que abrangerá a área da unidade e sua zona de amortecimento.
  - (E) as Áreas de Preservação Permanente são Unidades de Conservação de Proteção Integral.
63. A Lei Federal nº 11.428/2006, em relação à utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, estabelece ser de iniciativa do
- (A) CONAMA a definição de vegetação primária, cabendo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a definição de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração.
  - (B) CONAMA a definição de vegetação primária, cabendo aos conselhos estaduais de meio ambiente a definição de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração.
  - (C) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade a definição de vegetação primária e de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração.
  - (D) CONAMA a definição de vegetação primária, cabendo ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade a definição de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração.
  - (E) CONAMA a definição de vegetação primária e de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração.
64. Pelo disposto na Constituição Federal, em especial no seu artigo 225, e na Lei Federal nº 9.605/98, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas,
- (A) dependendo a obrigação de reparação dos danos causados da comprovação da existência de dolo, quando se tratar de pessoa física.
  - (B) independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
  - (C) dependendo a obrigação de reparação dos danos causados de condenação criminal transitada em julgado.
  - (D) independentemente da obrigação de reparação de danos ambientais, sendo que a responsabilidade penal não se aplica à pessoa jurídica.
  - (E) sendo subjetiva a responsabilidade pela reparação de danos ambientais, quando se tratar de pessoa física e objetiva a responsabilidade quando se tratar de pessoa jurídica.
65. Com o julgamento da ADI 3.378-6 DF, ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria, pelo Supremo Tribunal Federal, a compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000
- (A) é exigida nos processos de licenciamento, independentemente do grau de impacto ambiental, sendo seu valor limitado a 0,5% do custo estimado para a implantação do empreendimento.
  - (B) é aplicável quando for constatada a ocorrência de dano ambiental, independentemente do grau de impacto decorrente da implantação do empreendimento, apurando-se o seu valor a partir do dano ambiental efetivamente ocorrido.
  - (C) é exigida nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos causadores de potencial impacto significativo, apurando-se o seu valor de acordo com o grau de impacto causado.
  - (D) é exigida nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos causadores de potencial impacto significativo, não podendo o seu valor corresponder a um percentual inferior a 0,5% do custo estimado para a sua implantação.
  - (E) foi considerada inconstitucional, não mais podendo ser exigida pelo órgão ambiental competente nos processos de licenciamento ambiental.
66. Considere as seguintes assertivas:
- I. A desafetação de espaços territoriais especialmente protegidos depende de lei.
  - II. O dever de proteção dos animais contra práticas que os submetam à crueldade não tem nível constitucional, sendo previsto na legislação ordinária.
  - III. Compete supletivamente aos Estados legislar sobre atividades nucleares em seu território.
  - IV. O controle da poluição do ar é de responsabilidade exclusiva do Município.
- Considerando a Constituição Federal, está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.
  - (B) III.
  - (C) I e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) II e IV.
67. O Governo Federal pretende inverter o curso do Rio São Francisco e para tanto precisa obter o licenciamento ambiental da obra. Nos termos da Resolução CONAMA nº 237/1997, o licenciamento será de competência
- (A) federal, tendo em vista que o grau do impacto ambiental do empreendimento exige o licenciamento por meio de EIA/RIMA.
  - (B) dos Estados, com oitiva dos Municípios por onde o Rio passa, tendo em vista que a União não pode fazer o licenciamento de obra em que ela seja o próprio empreendedor.
  - (C) federal uma vez que o Rio São Francisco constitui bem da União.
  - (D) federal, tendo em vista a extensão geográfica e o grau do impacto ambiental do empreendimento.
  - (E) dos Estados e dos Municípios por onde o Rio passa, tendo em vista que a União não pode fazer o licenciamento de obra em que ela seja o próprio empreendedor.



68. Nos termos da Lei da Ação Civil Pública,
- (A) nas Ações Cíveis Públicas, o litisconsórcio entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados é necessário quando se tratar de dano ambiental de abrangência regional.
- (B) a Defensoria Pública não tem legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública.
- (C) os órgãos públicos legitimados para o ingresso de Ação Civil Pública poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta, que terá eficácia de título executivo judicial.
- (D) o arquivamento dos autos de inquérito civil, por inexistência de fundamento para propositura da Ação Civil Pública, independe de aprovação do Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) nas Ações Cíveis Públicas com fundamento em interesses difusos, a sentença faz coisa julgada *erga omnes*, se o pedido for julgado procedente.

69. Com base na Resolução CONAMA nº 237/1997, e na Lei Estadual nº 9.509/97, que instituiu o SEAQUA – Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais, o Poder Público, no exercício de sua competência de licenciamento, expedirá

- (A) Licença de Ocupação (LO), que autoriza a ocupação da área, na fase de instalação da atividade, quando se tratar de empreendimento de utilidade pública, desde que atendidos os requisitos exigidos na LP.
- (B) Licença Prévia (LP), que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento e apresenta as condicionantes para as próximas fases de sua implantação.
- (C) Licença de Instalação (LI) que autoriza o início dos estudos relativos à localização do empreendimento, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado.
- (D) Licença Preliminar (LP), na fase inicial do empreendimento, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, para fins de autorizar o início de obras que não acarretem desmatamento ou poluição.
- (E) Licença de Operação (LO), que autoriza o início da implantação do empreendimento, em se tratando de empreendimento licenciado por meio de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, desde que atendidos os requisitos exigidos nas licenças anteriores.

70. De acordo com a Lei Federal nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que

- (A) é vedada a delegação de outorga de direito de uso de recurso hídrico da União para os Estados e Distrito Federal.
- (B) a gestão dos recursos hídricos deve ser implementada de forma centralizada.
- (C) compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- (D) na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos nos lançamentos de esgotos não devem ser observadas as características de toxicidade do afluente.
- (E) os Municípios são a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

### Direito Tributário

Nas questões de números 71 a 80 poderão ser utilizadas as seguintes siglas:

- ICMS: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- IPVA: imposto sobre propriedade de veículos automotores;
- IOF: imposto sobre operações financeiras;
- IPI: imposto sobre produtos industrializados;
- IR: imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- ISS: imposto sobre serviços;
- ITCMD: imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

71. Os impostos que possuem as características de seletividade, em função da essencialidade, e de não-cumulatividade são:

- (A) IPI e ICMS.  
 (B) IOF e IPI.  
 (C) ICMS e ISS.  
 (D) IPI e ISS.  
 (E) IPI, ICMS e ISS.

72. Lei publicada no Diário Oficial do Estado em 21.07.2009 institui, a partir de 01.01.2010, taxa de licenciamento de veículos, fixando como alíquota o percentual de 5% e tomando como base de cálculo o valor venal dos automóveis. Tal norma

- (A) é inconstitucional, visto que já incide o IPVA sobre veículos, sendo vedada a criação de taxa anual para licenciamento do mesmo bem, pois isto configuraria bi-tributação.
- (B) fere o princípio da capacidade contributiva.
- (C) fere o princípio da estrita legalidade.
- (D) é inconstitucional, pois institui tributo com efeito confiscatório.
- (E) é inconstitucional, pois institui taxa, adotando base de cálculo própria de imposto.

73. É correto afirmar:

- (A) Em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, é obrigatório, antes de inscrever um débito no cadastro da dívida ativa, instaurar um procedimento administrativo, ainda que se trate de débito declarado pelo próprio contribuinte e não tenha sido recolhido no prazo legal.
- (B) O ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal impede a sua inscrição no cadastro da dívida ativa, pois tem a aptidão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- (C) Por se tratar de medida excepcional, a penhora *on line* de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, em execução fiscal, somente pode ser deferida pelo juiz depois de esgotadas todas as possibilidades de localização de outros bens do devedor.
- (D) Na hipótese de encerramento irregular de sociedade limitada, é possível redirecionar a execução fiscal em face dos sócios que exerciam a gerência à época em que esse fato ocorreu.
- (E) É facultado ao executado defender-se por meio de 'exceção de pré-executividade', a fim de questionar a legalidade do imposto apurado por auto de infração, que deu origem à execução fiscal.



74. Em relação ao ICMS é correto afirmar:

- (A) Nas operações interestaduais, o ICMS é devido integralmente ao Estado onde se localizar o destinatário da mercadoria.
- (B) Compete ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e às prestações internas e interestaduais.
- (C) É vedado aos Estados estabelecer o regime de substituição tributária para o ICMS, visto que o imposto é inexigível antes da ocorrência do fato gerador.
- (D) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, por meio de convênio, as alíquotas internas, nas operações relativas ao ICMS, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.
- (E) É vedado à lei complementar estabelecer que o valor do ICMS integre a sua base de cálculo, inclusive na importação de bens, mercadorias e serviços do exterior.

**Atenção:** As questões de números 75 a 80 apresentam 5 (cinco) afirmações.  
Para responder a cada uma delas utilize a chave abaixo.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e V, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

75. Competência tributária.

- I. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais a contribuintes hipossuficientes.
- II. A competência legislativa dos Estados, em matéria tributária, é residual, podendo instituir outros impostos, além dos já previstos na Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.
- III. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- IV. Existindo norma geral da União, é facultado aos Estados legislar supletivamente em matéria tributária.
- V. A competência legislativa dos Estados para instituir o IPVA depende da prévia edição de lei complementar, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

- 76. I. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente à época, salvo se lei superveniente for mais benéfica ao contribuinte do tributo.
- II. A apresentação de recurso administrativo, o depósito do valor integral e a celebração de acordo de parcelamento são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- III. A remissão e a anistia são hipóteses de exclusão do crédito tributário.
- IV. O prazo de recolhimento de um imposto só pode ser fixado por meio de lei.
- V. A norma contida no art. 138 do CTN, que trata da denúncia espontânea da infração, não autoriza o contribuinte do ICMS, que declarou o imposto e não o recolheu tempestivamente, efetuar, após a data do vencimento, o pagamento do tributo, acrescido de juros de mora, mas sem a multa moratória.

- 77. I. Em virtude da sua competência legislativa e diante das normas gerais do CTN sobre o assunto, cabe aos Estados disciplinar o parcelamento relativo aos seus tributos.
- II. Com base no art. 185-A do CTN, o juiz pode determinar a indisponibilidade de bens do devedor, se preenchidos determinados requisitos legais.
- III. Quando mais benéficos, os efeitos da lei tributária retroagem, atingindo fatos geradores ocorridos antes da sua vigência, se pendente o recolhimento do tributo.
- IV. Lei estadual que disciplina o IPVA pode atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem prévio exame da autoridade administrativa, configurando, nesta hipótese, o lançamento por homologação.
- V. A atualização do valor monetário da base de cálculo constitui majoração do tributo, devendo ser estabelecida por meio de lei.

78. ICMS.

- I. A isenção ou a não-incidência do ICMS acarreta a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo na hipótese de determinação em contrário da legislação, mas é assegurada a manutenção do crédito no caso de operações que destinem mercadorias para o exterior ou de serviços prestados a destinatários no exterior, embora não incida o imposto nestas hipóteses.
- II. É vedado aos Estados exigir o ICMS sobre fornecimento de refeições por restaurantes, exceto se o consumo for realizado fora do estabelecimento, visto que não há circulação de mercadorias quando o consumo é realizado *in loco*.
- III. O ICMS é devido na importação de bem por pessoa física ou jurídica, ainda que ela não seja contribuinte habitual do imposto.
- IV. Nas operações interestaduais com combustível derivado de petróleo, o ICMS é devido integralmente ao Estado produtor.
- V. O princípio da não-cumulatividade propicia que o montante a pagar pelo contribuinte resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto devido pelas saídas de mercadorias do estabelecimento e o que foi pago pelas que nele entraram, evitando a incidência em 'cascata'.



79. IPVA.

- I. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é constitucional a lei estadual que institui o imposto sobre a propriedade de aeronaves e embarcações náuticas.
- II. Lei estadual pode fixar alíquotas diversas do IPVA para dois automóveis com as mesmas características e faixa de valor, caso um deles seja nacional e o outro importado.
- III. Lei estadual pode fixar alíquotas diversas do IPVA para dois automóveis com as mesmas características e faixa de valor, caso um deles seja movido a gasolina e o outro a álcool.
- IV. Lei estadual pode fixar alíquotas diversas do IPVA para dois automóveis com a mesma potência e faixa de valor, caso um deles seja destinado ao transporte coletivo de passageiros e o outro seja caracterizado como automóvel de passeio.
- V. Lei federal pode instituir isenção do IPVA aos portadores de deficiência física que necessitem de veículos adaptados.

80. ITCMD.

- I. Lei estadual pode estabelecer diferenciação de alíquotas do imposto, adotando como critério o grau de parentesco.
- II. Na hipótese de a ação de inventário tramitar em uma Comarca do Estado de São Paulo, é devido a este Estado o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* de valor depositado em conta corrente do autor da herança, ainda que a agência bancária seja situada em outro Estado da Federação.
- III. É devido ao Estado de São Paulo o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* de imóvel situado no Município de Campinas, ainda que a ação de inventário tramite em outro Estado da Federação.
- IV. Considerando a ocorrência de um óbito em 2007, quando estava em vigor a Lei "A", revogada pela Lei "B", que entrou em vigor em 2008, é correto afirmar que a transmissão de bens por sucessão *causa mortis* será regida pela Lei "A", ainda que a ação de inventário tenha sido ajuizada em 2009 e que a Lei "B" estabeleça uma alíquota inferior à fixada pela Lei "A".
- V. É devido ao Estado de São Paulo o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* de direitos autorais, se o autor da herança era domiciliado na cidade de São Paulo, ainda que a escritura pública do inventário e da partilha extrajudiciais seja lavrada perante um tabelião de notas de outro Estado da Federação.

#### Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

81. No que atine às fontes do direito do trabalho,

- (A) a lei ordinária é fonte material.
- (B) a sentença normativa é fonte formal autônoma.
- (C) a convenção coletiva de trabalho é fonte formal heterônoma.
- (D) o acordo coletivo de trabalho é fonte formal autônoma.
- (E) o decreto executivo é fonte formal autônoma.

82. NÃO se trata de situação de estabilidade especial:

- (A) empregado eleito como dirigente de organização sindical, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato.
- (B) empregado eleito para cargo de direção de comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato.
- (C) empregado da Administração Pública direta, das autarquias e fundações de direito público, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, há pelo menos 5 anos continuados, sem o devido concurso público.
- (D) empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- (E) empregado que sofreu acidente do trabalho, pelo prazo mínimo de doze meses, após a cessação do respectivo auxílio-doença.

83. Firmado contrato de prestação de serviços entre a Administração Pública direta e empresa de vigilância, sendo ajuizada reclamatória pelo empregado contra o empregador e Fazenda do Estado de São Paulo, segundo entendimento sumulado no âmbito laboral, embora o tema seja ainda debatido nas Varas do Trabalho, Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, como, igualmente, no Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a Fazenda do Estado de São Paulo

- (A) não poderá integrar o pólo passivo, pois não se forma vínculo de emprego entre o Estado e o empregado.
- (B) não poderá integrar o pólo passivo, pois a relação contratual foi firmada com a empresa de vigilância.
- (C) poderá integrar o pólo passivo, pois há vínculo de emprego entre o Estado e o empregado.
- (D) poderá integrar o pólo passivo, pois embora não se forme vínculo de emprego, há responsabilidade solidária do Estado quanto às obrigações trabalhistas.
- (E) poderá integrar o pólo passivo, pois embora não se forme vínculo de emprego, há responsabilidade subsidiária do Estado quanto às obrigações trabalhistas.

84. No que se refere ao sistema de organização sindical previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o sistema é o da unicidade sindical e impossibilita a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, não inferior à área de um Estado.
- (B) o sistema é o da unicidade sindical e impossibilita a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, não inferior a área de um Município.
- (C) a unicidade sindical não impossibilita a livre criação de associações sindicais representativas da mesma categoria econômica ou profissional em idêntica base territorial.
- (D) o sistema é o da pluralidade sindical.
- (E) o sistema é misto, sendo facultada a unicidade ou a pluralidade.



85. Inobstante vedações inseridas nas legislações infraconstitucional e constitucional, aplicáveis à Administração Pública, em relação à recentíssima Orientação Jurisprudencial laboral, é correto afirmar que a aposentadoria espontânea
- (A) é causa de extinção do contrato de trabalho, mesmo que o empregado permaneça prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados.
  - (B) é causa de extinção do contrato de trabalho, mesmo que o empregado permaneça prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa do FGTS sobre os depósitos efetuados no período anterior a concessão do benefício previdenciário.
  - (C) é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre os depósitos efetuados no período posterior a concessão do benefício previdenciário.
  - (D) não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados.
  - (E) não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre os depósitos efetuados no período anterior a concessão do benefício previdenciário.
86. Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégios e/ou prerrogativas processuais da Fazenda do Estado de São Paulo, das autarquias e fundações de direito público que não explorem atividades econômicas:
- (A) o prazo em dobro para comparecimento em audiência e apresentação de contestação.
  - (B) o prazo em quádruplo para interposição de recurso.
  - (C) o pagamento do valor correspondente às custas somente após o trânsito em julgado.
  - (D) o pagamento do valor correspondente ao depósito para interposição de recurso somente após o trânsito em julgado.
  - (E) o recurso ordinário *ex officio* das decisões que sejam total ou parcialmente contrárias, dependendo do valor da condenação.
87. No que atine ao valor da causa,
- (A) se atribuído na inicial valor incompatível com o objeto da demanda, a parte não poderá impugná-lo.
  - (B) se atribuído na inicial valor incompatível com o objeto da demanda, a parte poderá impugná-lo somente em razões finais.
  - (C) quando impugnado tempestivamente e se mantido o valor incompatível pelo juízo da causa, poderá ser interposto recurso de pedido de revisão à Presidência do Tribunal Regional, não se facultando a retratação.
  - (D) quando impugnado tempestivamente e se mantido o valor incompatível pelo juízo da causa, poderá ser interposto recurso de pedido de revisão à Corregedoria Regional, facultando-se a retratação.
  - (E) se indeterminado na inicial, há dispositivo legal que permite que seja fixado pelo juiz.
88. Da decisão definitiva do Tribunal Regional do Trabalho, em mandado de segurança julgado pelo mérito e originariamente impetrado perante esse órgão colegiado, caberá
- (A) recurso ordinário.
  - (B) recurso de revista.
  - (C) agravo de instrumento.
  - (D) agravo regimental.
  - (E) reclamação correicional.
89. No processo de execução trabalhista, é correto afirmar que:
- (A) na fase de liquidação o cálculo não abrangerá as contribuições previdenciárias incidentes.
  - (B) a partir de setembro de 2000 é de 0,5% a taxa de juros a ser observada nas execuções de sentenças proferidas contra a Fazenda do Estado de São Paulo.
  - (C) a Fazenda do Estado de São Paulo deverá garantir previamente o Juízo para opor embargos à execução.
  - (D) o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores refutados.
  - (E) não caberá recurso de revista, salvo nas hipóteses de ofensa à dispositivo da legislação infraconstitucional ou constitucional.
90. Em caso de dissídio coletivo contra pessoa jurídica de direito público e de competência da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:
- (A) admite-se o ajuizamento de dissídio coletivo para discussão de cláusulas econômicas.
  - (B) admite-se o ajuizamento de dissídio coletivo para discussão de cláusulas sociais.
  - (C) ocorrendo movimento grevista em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, o natural legitimado ativo do dissídio coletivo será o sindicato representativo da categoria profissional.
  - (D) ocorrendo movimento grevista em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, o natural legitimado ativo do dissídio coletivo será o sindicato representativo da categoria econômica.
  - (E) o exercício do direito de greve do servidor público encontra-se devidamente regulamentado.
- Direito Financeiro, Econômico e Empresarial Público**
91. Cabe à lei orçamentária anual estimar a receita e fixar a despesa. Daí decorre que
- (A) o orçamento público deve ser sempre equilibrado para assegurar a gestão fiscal responsável, não podendo conter previsão de superávit primário.
  - (B) o gestor público é obrigado a realizar todas as despesas previstas no orçamento, tendo em vista o seu caráter impositivo.
  - (C) é possível suspender, por ato do Poder Executivo, a realização de despesas previstas no orçamento no caso de frustração da receita estimada.
  - (D) as despesas com educação, saúde e pesquisa científica, decorrentes de vinculações constitucionais, possuem caráter prioritário e independem do montante da receita arrecadada.
  - (E) a receita estimada no orçamento deve advir exclusivamente da arrecadação de tributos, não sendo admitido computar para esse efeito o produto decorrente da alienação de ativos públicos em razão de seu caráter eventual.





92. São condições jurídicas para o Estado federado contrair empréstimo junto a agência multilateral de crédito, a exemplo do Banco Mundial:
- (A) observância do limite máximo de endividamento fixado por resolução do Senado Federal, atendimento às condições previstas em acordo de refinanciamento celebrado com a União, e lei autorizativa estadual.
  - (B) inexistência de atraso no pagamento de precatórios, lei autorizativa estadual, e manifestação favorável do Tribunal de Contas.
  - (C) inclusão do projeto a ser financiado no plano pluri-anual, vinculação da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em favor do credor como garantia do pagamento do empréstimo, e ratificação posterior pelo Senado Federal.
  - (D) necessidade de financiar despesas correntes inadmissíveis, previsão na lei orçamentária anual, e autorização do Presidente da República.
  - (E) reconhecimento da relevância do projeto a ser financiado por ato do Governador do Estado, estrutura sindicalizada com participação conjunta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e aprovação pelo Banco Central do Brasil.
93. Em relação aos fundos especiais de despesa e financiamento no Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica própria e autonomia patrimonial, devendo ser tratados como entidades integrantes da Administração Pública.
  - (B) são instituídos por lei e permitem vincular receitas de taxas e emolumentos ao custeio de atividades específicas de interesse público.
  - (C) os dispêndios dos recursos arrecadados são executados à margem do orçamento público e não estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas.
  - (D) o gestor pode ser uma entidade privada com poderes para definir a política de aplicação dos recursos arrecadados e praticar todos os atos necessários para cumprimento das finalidades institucionais.
  - (E) os recursos arrecadados não podem ser destinados à cobertura de necessidades de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas do setor privado.
94. O fato de a ordem econômica na Constituição Federal de 1988 ser informada pelos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência significa que
- (A) existe ampla liberdade de empreendimento em todos os setores da economia, inclusive por parte do Estado, cuja atuação empresarial não sofre restrições.
  - (B) não se admite a regulação da atividade econômica privada com o fito de implementar políticas públicas redistributivas.
  - (C) o planejamento centralizado da atividade econômica não pode substituir os estímulos de mercado como principal indutor das decisões dos agentes econômicos.
  - (D) os serviços públicos delegados a particulares não podem ter caráter exclusivo, mas pressupõem a prestação simultânea por vários concorrentes.
  - (E) a política industrial baseada em instrumentos de fomento não pode promover setores específicos da economia.
95. A regulação exercida pelo Banco Central do Brasil sobre as instituições financeiras
- (A) protege o interesse do conjunto dos depositantes e serve para afastar o risco sistêmico capaz de comprometer o bom funcionamento da economia.
  - (B) atua no sentido de evitar ganhos excessivos e assegurar a universalização da oferta de crédito no país.
  - (C) encontra fundamento no fato de a atividade ser considerada monopólio natural.
  - (D) tem como principal objetivo assegurar a livre concorrência em benefício do consumidor.
  - (E) considera a atividade como serviço público exercido em regime de autorização.
96. A legislação antitruste brasileira
- (A) favorece a concentração empresarial para propiciar economias de escala e escopo em prol da melhoria da eficiência produtiva.
  - (B) utiliza o tabelamento de preços como instrumento para evitar o aumento arbitrário de lucros.
  - (C) admite o controle preventivo para afastar o risco de dominação dos mercados que possa levar ao abuso do poder econômico.
  - (D) pune atos de concorrência desleal que causem desvio de clientela em prejuízo do consumidor.
  - (E) não se aplica aos titulares de patentes, que ficam sujeitos apenas ao licenciamento compulsório.
97. É devida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão patrocinada sempre que ocorra
- (A) inadimplemento de obrigação contratual pelo poder concedente.
  - (B) alteração significativa nas condições macroeconômicas com impacto no custo do capital, ainda quando o financiamento do projeto seja de responsabilidade exclusiva do concessionário.
  - (C) redução da taxa interna de retorno do projeto em relação ao previsto no plano de negócios do concessionário.
  - (D) caso fortuito cujo risco não seja imputável contratualmente ao concessionário e implique redução do valor presente líquido do projeto.
  - (E) situação de fluxo de caixa insuficiente para amortizar os investimentos realizados pelo concessionário até o final do prazo contratual.



98. São características da sociedade anônima:
- (A) limitação da responsabilidade pessoal dos acionistas, igualdade de tratamento entre os acionistas, e gestão profissional.
  - (B) capital dividido em ações circuláveis, limitação da responsabilidade pessoal dos acionistas, e pagamento de dividendo mínimo por conta dos lucros apurados no exercício social.
  - (C) impossibilidade de integralização do capital em bens ou serviços, dissociação entre propriedade acionária e gestão, e possibilidade de emissão de debêntures.
  - (D) arquivamento dos atos constitutivos no Registro Público de Empresas, exigência de capital mínimo, e existência obrigatória do conselho de administração com poderes para eleger e destituir os diretores.
  - (E) direito de voto na assembleia geral proporcional à participação no capital social, publicação das demonstrações financeiras na imprensa oficial, e garantia de participação dos acionistas minoritários na gestão da companhia.
99. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, a atuação do Estado como acionista controlador da sociedade de economia mista deve ser orientada pela
- (A) abstenção de perseguir objetivos de interesse público por intermédio da companhia.
  - (B) não interferência na definição do planejamento estratégico da companhia, cabendo aos administradores decidir sobre todos os assuntos de interesse social.
  - (C) ausência de responsabilidade patrimonial em face dos acionistas minoritários, relativamente às deliberações tomadas no âmbito da assembleia geral.
  - (D) necessidade de atendimento ao interesse público que justificou a criação da companhia, ainda que à custa do objetivo da maximização dos lucros.
  - (E) preocupação primordial de remunerar os recursos investidos pelo Estado na companhia, com base na mesma taxa de retorno demandada pelo capital privado.
100. NÃO são atribuições compreendidas na competência legal do comitê de credores da sociedade empresária em recuperação judicial:
- (A) Escolher o administrador judicial e determinar o seu afastamento quando constado qualquer desvio de conduta.
  - (B) Fiscalizar as atividades do devedor e requerer ao juiz a convocação da assembleia geral de credores.
  - (C) Fiscalizar a execução do plano de recuperação judicial e denunciar a qualquer tempo ao juiz o seu descumprimento.
  - (D) Apurar reclamações dos credores e zelar pelo bom andamento do processo.
  - (E) Opinar sobre a constituição de garantias reais e a alienação de bens do ativo permanente do devedor.